ANEXO IV – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Legislação federal:

Constituição Federal de 1988 - Artigo 225 e seguintes - Dispõe sobre o meio ambiente.

Lei nº 12.334/2010 - Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

Lei nº 12.187/2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e estabelece seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos. Os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais deverão compatibilizar-se com os mesmos desta Política Nacional.

Lei nº 11.428/2006 - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

Lei nº 10.711/2003 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências.

Lei nº 10.438/2002 - Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis n.ºs. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.648, de 27 de maio de 1998, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 5.655, de 20 de maio de 1971, 5.899, de 5 de julho de 1973, 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências.

Lei nº 9.966/2000 - Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

Lei nº 9.993/2000 - Destina recursos da compensação financeira pela utilização de Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.

Lei nº 9.991/2000 - Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.

Lei nº 9.985/2000 - Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Lei nº 9.984/2000 - Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Lei nº 9.795/1999 - Determina como obrigatório a promoção, pelos empreendedores, de capacitação aos trabalhadores, visando a conservação ambiental.

Lei nº 9.605/1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Lei nº 9.478/1997 - Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Lei nº 9.433/1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Altera, parcialmente, o Código das Águas.

Lei nº 9.427/1996 - Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica. Estende a isenção do pagamento de compensação financeira pela energia elétrica (Lei 7.990/89, Art. 4º, I) para as usinas hidrelétricas com potência entre 1 e 30 MW, destinada a produção independente ou autoprodução, mantidas as características de pequena central hidrelétrica, que iniciarem a operação após a publicação da Lei 9.648/98 (Art. 26, I e § 4º).

Lei nº 8.171/1991 - Dispõe sobre a política agrícola.

Lei nº 7.754/1989 - Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências.

Lei nº 7.990/1989 - Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de energia

elétrica, de recursos minerais e dá outras providências. Estabelece, no Art. 4.º, os casos de isenção, incluindo PCH (até 10 MW).

Lei nº 7.653/1988 - Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei no 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.

Lei nº 6.938/1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. A Lei estabelece, ainda, como instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, o licenciamento pelo órgão competente, a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras e o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras dos recursos ambientais.

Lei nº 6.902/1981 - Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 6.739/1979 - Dispõe sobre a Matrícula e o Registro de Imóveis Rurais, e dá outras Providências.

Lei nº 6.766/1979 - Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e dá outras providências.

Lei nº 5.197/1967 - Código de Fauna. Dispõe sobre a Proteção à Fauna, e dá outras Providências.

Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal

Lei nº 4.132/1962 - Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

Lei nº 3.924/1961 - Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Lei nº 3.824/1960 - Torna obrigatória a destoca e conseqüente limpeza das bacias hidráulicas dos açudes, represas e lagos artificiais.

Decreto nº 7.342/2010 - Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências.

Decreto nº 6.848/2009 – Para os fins de fixação da Compensação Ambiental de que trata o art. 36 da Lei no 9.985, de 2000, o IBAMA estabelece o grau de impacto ambiental a partir de Estudo Prévio de

Impacto Ambiental e respectivo Relatório - EIA/RIMA, ocasião em que considerará, exclusivamente, os impactos ambientais negativos sobre o meio ambiente.

Decreto nº 6.660/2008 – Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

Decreto nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Decreto nº 5.092/2004 - Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.

Decreto nº 5.163/2004 - Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências.

Decreto nº 5.025/ 2004 - Regulamenta o inciso I e os §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do art. 3º da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, no que dispõem sobre o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, primeira etapa, e dá outras providências.
Decreto nº 4.613/2003 - Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Decreto nº 3.739/2001 - Dispõe sobre o cálculo da tarifa atualizada de referência para compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e da contribuição de reservatórios de montante para a geração de energia hidrelétrica, de que trata a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências.

Decreto nº 3.551/2000 - Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Decreto nº 1.922/1996 - Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências.

Decreto nº 2.003/1996 - Regulamenta a Produção de Energia Elétrica por Produtor Independente e por Autoprodutor e dá outras providências.

Decreto nº 1.752/1995 - Regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

Decreto nº 750/1993 - Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão da vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.

Decreto nº 001/1991 - Regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

Decreto nº 99.274/1990 - Regulamenta as Leis nº 6.902, de 27 de abril de 1981 e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e estabelece que dependerão de licenciamento do órgão ambiental competente as atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou capazes de causar degradação ambiental e que será exigido EIA e respectivo RIMA para fins do licenciamento.

Decreto nº 77.775/1976 - Regulamenta a Lei nº 6.225, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre discriminação, pelo Ministério da Agricultura, de regiões para execução obrigatória de planos de proteção ao solo e de combate a erosão, e da outras providencias.

Decreto nº 41.019/1957 - Regulamenta os serviços de energia elétrica.

Decreto-Lei nº 1.872/1981 - Dispõe sobre a aquisição, pelos concessionários, de energia elétrica excedente gerada por Autoprodutores.

Decreto-Lei nº 4.146/1942 - Dispõe sobre a proteção dos depósitos fossilíferos.

Decreto-Lei nº 3.365/1941 - Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

Decreto-Lei nº 794/1938 - Conservação da fauna fluvial, seja facilitando a passagem dos peixes, seja instalando estações de piscicultura.

Decreto-Lei nº 025/1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

Portaria DNAEE nº 673/1994 - Aprova a norma para apresentação de projetos de exploração de recursos hídricos, aplicando a qualquer uso de água doce superficial que interfira no regime natural do curso d'água e revoga a PRT DNAEE 099 de 31/08/1979.

Portaria DNAEE nº 707/1994 - aprova a norma para classificação dos cursos de água brasileiros quanto ao domínio - Norma DNAEE 06, estabelecendo os critérios para identificação e classificação dos cursos d'água, no campo dos recursos hídricos.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Portaria IPHAN nº 028/2003 - Estabelece procedimentos para realização de estudos arqueológicos na faixa de depleção de empreendimentos hidrelétricos.

Portaria IPHAN nº 230/2002 - Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental para os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico.

Portaria SPHAN nº 007/1988 - Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstas na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

Portaria SPHAN 010/1986 - Determina os procedimentos a serem observados nos processos de aprovação de projetos a serem executados em bens tombados pela SPHAN ou nas áreas de seus respectivos entornos.

MMA - Ministério do Meio Ambiente

Portaria MMA nº 358/2009 - Institui o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico, que tem como objetivo desenvolver estratégia nacional de conservação e uso sustentável do patrimônio espeleológico brasileiro.

Portaria Conjunta MMA/IBAMA nº 259/2009 - Fica obrigado o empreendedor a incluir no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, capítulo específico sobre as alternativas de tecnologias mais limpas para reduzir os impactos na saúde do trabalhador e no meio ambiente, incluindo poluição térmica, sonora e emissões nocivas ao sistema respiratório.

Portaria MMA nº 009/2007 - Dispõe sobre o reconhecimento de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira, e dá outras providências.

Instrução Normativa MMA nº 003/2003 - Reconhece como Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, aquelas constantes da lista anexa à presente Instrução Normativa.

Portaria Interministerial MMA/MINC nº 003/1997 - Institui o Programa de Qualidade Ambiental - PQA.

Portaria MINTER nº 231/1976 - Estabelece padrões de qualidade do ar.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Instrução Normativa IBAMA nº 005/2011 - Estabelece critérios e procedimentos para as análises dos pedidos e concessões de anuências prévias para a supressão de vegetação de mata atlântica primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração.

Instrução Normativa IBAMA nº 004/2011 - Estabelece procedimentos para elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD ou Área Alterada, para fins de cumprimento da legislação ambiental.

Instrução Normativa IBAMA nº 014/2009 - Regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções, a defesa ou impugnação, o sistema recursal e a cobrança de multa e sua conversão em prestação de serviços de recuperação, preservação e melhoria da qualidade ambiental no âmbito do IBAMA.

Instrução Normativa IBAMA nº 031/2009 - Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental e sobre o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

Instrução Normativa IBAMA nº 005/2009 - Dispõe sobre a padronização e apresentação do Ato Declaratório Ambiental – ADA.

Portaria Normativa IBAMA nº 010/2009 - Sem prejuízo dos dispositivos da legislação de tutela à fauna, a aplicação da Instrução Normativa nº 146, de 10 janeiro de 2007, fica restrita ao licenciamento de empreendimentos de aproveitamento hidrelétrico.

Instrução Normativa IBAMA nº 146/2007 - Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influencia de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei nº 6938/81 e pelas Resoluções Conama n.º 001/86 e nº 237/97.

Instrução Normativa IBAMA nº 008/2003 - Estabelece os procedimentos para a apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Instrução Normativa IBAMA nº 010/2003 - Estabelece os procedimentos para a conversão de multa administrativa prevista na Lei 9.605/98 em serviços de preservação, melhoria, e recuperação da qualidade do meio ambiente, suspendendo sua exigibilidade, com o objetivo de recuperar ou compensar a degradação ambiental, objeto da sanção administrativa.

Instrução Normativa IBAMA nº 001/1999 - Estabelece os critérios para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que envolvam manejo de fauna silvestre exótica e de fauna silvestre brasileira em cativeiros.

Instrução Normativa IBAMA nº 001/1991 - Regulamenta a exploração de vegetação caracterizada como pioneira, capoeirinha, capoeira, floresta descaracterizada e floresta secundária e proíbe a exploração em floresta primária.

CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Resolução CNRH nº 058/2006 - Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Resolução CNRH nº 048/2005 - Estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Resolução CNRH nº 037/2004 - Estabelece diretrizes para a outorga de recursos hídricos para a implantação de barragens em corpos de água de domínio dos Estados, do Distrito Federal ou da União.

Resolução CNRH nº 030/2002 - Define metodologia para codificação de bacias hidrográficas, no âmbito nacional.

Resolução CNRH nº 017/2001 - Dispõe sobre os Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, que serão elaborados em conformidade com o disposto na Lei 9.433, de 1997, observados os critérios gerais estabelecidos nesta Resolução.

Resolução CNRH nº 016/2001 - Dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Resolução CNRH nº 012/2000 - Estabelece procedimentos para o enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

Resolução Normativa ANEEL nº 425/2011 - Aprova os critérios para definição das instalações de geração de energia elétrica de interesse do sistema elétrico interligado e daquelas passíveis de descentralização das atividades de controle e fiscalização, sob coordenação da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração -SFG/ANEEL.

Resolução Conjunta ANEEL-ANA nº 003/2010 - Estabelecer as condições e os procedimentos a serem observados pelos concessionários e autorizados de geração de energia hidrelétrica para a

instalação, operação e manutenção de estações hidrométricas visando ao monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico, sedimentométrico e de qualidade da água associado a aproveitamentos hidrelétricos, e dar outras providências.

Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010 - Estabelece procedimentos para registro, elaboração, aceite, análise, seleção e aprovação de projeto básico e para autorização de aproveitamento de potencial de energia hidráulica de 1.000 até 50.000 kW, sem características de PCH.

Resolução Normativa ANEEL nº 389/2009 - Estabelece os deveres, direitos e outras condições gerais aplicáveis às outorgas de autorizações a pessoas jurídicas, físicas ou empresas reunidas em consórcio interessadas em se estabelecerem como Produtores Independentes de Energia Elétrica ou Autoprodutores de Energia Elétrica, tendo por objeto a implantação e/ou a exploração de central geradora de energia elétrica.

Resolução Normativa ANEEL nº 343/2008 - Estabelece procedimentos para registro, elaboração, aceite, análise, seleção e aprovação de projeto básico e para autorização de aproveitamento de potencial de energia hidráulica com características de Pequena Central Hidrelétrica - PCH.

Resolução Normativa ANEEL nº 279/2007 - Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados.

Resolução ANEEL nº 652/2003 - Estabelece critérios para o enquadramento de aproveitamento hidrelétrico na condição de Pequena Central Hidrelétrica, destinado à produção independente, autoprodução ou produção independente autônoma.

Resolução ANEEL nº 647/2003 - Estabelece o valor da Tarifa Atualizada de Referência - TAR, a ser considerada para o cálculo da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.

Resolução ANEEL nº 259/2003 - Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários ou autorizados.

Resolução ANEEL nº 433/2002 - Estabelece os procedimentos e as condições para início da operação em teste e da operação comercial de empreendimentos de geração de energia elétrica.

Resolução ANEEL nº 398/2001 - Estabelecer os requisitos gerais para apresentação dos estudos e as condições e os critérios específicos para análise e comparação de Estudos de Inventários Hidrelétricos, visando a seleção no caso de estudos concorrentes.

Resolução ANEEL nº 244/2001 - Estabelece o valor das tarifas de uso das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado.

Resolução ANEEL nº 088/2001 - Estabelece a metodologia para rateio da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica, devido pelas centrais hidrelétricas e royalties de Itaipu Binacional, entre estados, Distrito Federal e municípios.

Resolução ANEEL nº 067/2001 - Estabelece o procedimento para cálculo e recolhimento da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, devida pelos concessionários e autorizados de geração hidrelétrica, e dá outras providências.

Resolução ANEEL nº 066/2001 - Estabelece diretrizes e procedimentos para a fixação e atualização da Tarifa Atualizada de Referência - TAR, utilizada no cálculo da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Geração Hidrelétrica.

Resolução ANEEL nº 407/2000 - Define a sistemática de fixação da potência instalada para todos os fins de regularização, fiscalização e outorga dos serviços de geração de energia elétrica.

Resolução ANEEL nº 281/1999 - Estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão, aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.

Despacho ANEEL nº 173/1999 - Estabelece os procedimentos de autorização para a exploração de central hidrelétrica, com potência superior a 1 MW e igual ou inferior a 30 MW, destinada a autoprodução ou produção independente.

Resolução ANEEL nº 318/1998 - Estabelece o processo de fiscalização e aprova procedimentos para regular a imposição de penalidades aos agentes delegados de instalações e serviços de energia elétrica, referentes às infrações apuradas.

Resolução ANEEL nº 396/1998 - Estabelece as condições para implantação, manutenção e operação de estações fluviométricas e pluviométricas associadas a empreendimentos hidrelétricos.

Resolução ANEEL nº 395/1998 - Estabelece os procedimentos gerais para registro e aprovação de estudos de viabilidade e projeto básico de empreendimentos de geração hidrelétrica, assim como da autorização para exploração de centrais hidrelétricas até 30 MW e dá outras providências.

Resolução ANEEL nº 394/1998 - Estabelece os critérios para o enquadramento de empreendimentos hidrelétricos na condição de pequenas centrais hidrelétricas.

Resolução ANEEL nº 393/1998 - Estabelece os procedimentos gerais para registro e aprovação dos estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas.

Resolução ANEEL nº 265/1998 - Estabelece as condições para o exercício da atividade de comercialização de energia elétrica.

ANA - Agência Nacional de Águas

Resolução ANA nº 425/2004 - Estabelece critérios para medição de volume de água captada em corpos de água de domínio da União.

Resolução ANA nº 707/2004 - Dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa a serem observados no exame de pedidos de outorga, e dá outras providências.

Resolução ANA nº 131/2003 - Dispõe sobre procedimentos referentes à emissão de declaração de reserva de disponibilidade hídrica e de outorga de direito de uso de recursos hídricos, para uso de potencial de energia hidráulica superior a 1MW em corpo de água de domínio da União e dá outras providências.

Resolução ANA nº 082/2002 - Dispõe sobre procedimentos e define as atividades de fiscalização da Agência Nacional de Águas - ANA, inclusive para apuração de infrações e aplicação de penalidades.

Resolução ANA nº 135/2002 – Dispõe sobre a tramitação de outorga.

Resolução ANA nº 194/2002 - Certificado de Avaliação de Sustentabilidade da Obra Hídrica - CERTOH.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente:

Resolução CONAMA nº 430/2011 - Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357/2005, do CONAMA.

Resolução CONAMA nº 429/2011 - Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.

Resolução CONAMA nº 357/2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 371/2006 - Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental decorrente dos impactos causados pela implantação de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em Estudos de Impacto Ambiental-EIA e Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, conforme o art. 36 da Lei nº 9.985/2000, e no art. 31 do Decreto nº 4.340/2002.

Resolução CONAMA nº 378/2006 - Define quais os empreendimentos considerados potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional envolvendo a exploração ou supressão de vegetação.

Resolução CONAMA nº 382/2006 - Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.

Resolução CONAMA nº 369/2006 - Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP.

Resolução CONAMA nº 347/2004 - Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico.

Resolução CONAMA nº 307/2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Resolução CONAMA nº 306/2002 - Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais.

Resolução CONAMA nº 303/2002 - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

Resolução CONAMA nº 302/2002 - Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.

Resolução CONAMA nº 281/2001 - Dispõe sobre modelos simplificados de publicação dos pedidos de licenciamento ambiental, de sua renovação e concessão.

Resolução CONAMA nº 279/2001 - Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental.

Resolução CONAMA nº 274/2000 - Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas essencial à defesa dos níveis de qualidade, de modo a assegurar as condições de balneabilidade.

Resolução CONAMA nº 238/1997 - Aprova a Política Nacional de Controle da Desertificação.

Resolução CONAMA nº 237/1997 - Revisão dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental.

Resolução CONAMA nº 003/1996 - Define vegetação remanescente de Mata Atlântica.

Resolução CONAMA nº 009/1996 - Dispõe sobre os corredores entre os remanescentes de Mata Atlântica.

Resolução CONAMA nº 002/1996 – Dispõe sobre a implantação de uma unidade de conservação vinculada ao licenciamento e define o percentual de 0,5% do valor da obra como valor mínimo.

Resolução CONAMA nº 012/1994 - Aprova o glossário de termos técnicos, elaborado pela Câmara Técnica Temporária para Assuntos de Mata Atlântica.

Resolução CONAMA nº 002/1994 - Define as formações vegetais primárias, bem como os estágios sucessionais de vegetação secundária, com finalidade de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 005/1993 - Define procedimentos para o gerenciamento de resíduos sólidos.

Resolução CONAMA nº 010/1993 - Estabelece os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 001/1990 - Estabelece critérios e padrões para emissão de ruídos por atividades industriais.

Resolução CONAMA nº 013/1990 - Estabelece normas referentes ao licenciamento de atividades em áreas circundantes às Unidades de Conservação.

Resolução CONAMA nº 003/1990 - Dispõe sobre padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR - Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar.

Resolução CONAMA nº 002/1990 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora - SILÊNCIO.

Resolução CONAMA nº 005/1989 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar - PRONAR.

Resolução CONAMA nº 010/1988 - Regulamenta as Áreas de Proteção Ambiental APA's. Proíbe diversas atividades dentro dos limites das APA's e regulamenta as atividades no seu entorno, mediante licenciamento especial pela entidade administradora.

Resolução CONAMA nº 001/1988 - Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental.

Resolução CONAMA nº 005/1987 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Proteção ao Patrimônio Espeleológico, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 009/1987 - Regulamenta a Audiência Pública.

Resolução CONAMA nº 006/1987 - Regulamenta o licenciamento ambiental para exploração, geração e distribuição de energia elétrica.

Resolução CONAMA nº 006/1986 - Aprova os modelos de publicação de pedidos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova os novos modelos para publicação de licenças.

Resolução CONAMA nº 001/1986 - Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambienta - RIMA, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 004/1985 - Estabelece definições e conceitos sobre Reservas Ecológicas.

COMASE - Conselho Diretor do Comitê Coordenador das Atividades de Meio Ambiente do Setor Elétrico

Resolução COMASE nº 001/1993 - Reitera os termos da Resolução COMASE 2/92 e alerta as empresas do setor elétrico para a necessidade de cumprimento dos preceitos legais que regulamentam a produção e prestação de informações relativas ao meio ambiente.

Resolução COMASE nº 002/1992 (11/06/92) - Estabelece recomendações para a realização de programas de monitoramento dos aspectos sócio-ambientais, relacionados aos empreendimentos do setor elétrico.

Legislação estadual

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ – Artigo nº 207 e seguintes - Dispõe sobre o meio ambiente.

Lei Estadual nº 16.790/2011 - Dispõe sobre a recuperação e o manejo sustentável das áreas de reserva legal no Estado do Paraná, instituindo a Reserva Legal Sustentável – RLS.

Lei Estadual nº 15.431/2007 - Altera o art. 4º da Lei nº 10.233, de 28.12.92. (Institui a Taxa Ambiental).

Lei Estadual nº 13.806/2002 – Dispõe sobre as atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, padrões e gestão da qualidade do ar, conforme especifica e adota outras providências.

Lei Estadual nº 13.448/2002 – Dispõe sobre Auditoria Ambiental Compulsória e adota outras providências.

Lei Estadual nº 12.726/1999 – Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e adota outras providências.

Lei Estadual nº 12.493/1999 – Estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências.

Lei Estadual nº 8.946/1997 - Proíbe no Estado do Paraná a caça e pesca predatórias e adota outras providências.

Lei Estadual nº 11.054/1995 – Dispõe sobre a Lei Florestal do Estado.

Lei Estadual nº 11.067/1995 - Dispõe que ficam proibidas, no Estado do Paraná, a utilização, perseguição, destruição, caça, apanha, coleta ou captura de exemplares da fauna ameaçada de extinção, bem como a remoção, comércio de espécies, produtos e objetos que impliquem nas atividades proibidas, conforme especifica.

Lei Estadual nº 10.233/1992 – Institui a taxa ambiental e adota outras providências.

Lei Estadual Complementar nº 059/1991 - Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental – ICMS Ecológico – assim como adota outras providências.

Lei Estadual nº 7.109/1979 - Institui o Sistema de Proteção do Meio Ambiente, contra qualquer agente poluidor ou perturbador, com aplicação e fiscalização pela Administração dos Recursos Hídricos - ARH, e adota outras providências.

Lei Estadual nº 1.211/1953 - Dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná.

Decreto Estadual nº 3.320/2004 - Aprova os critérios, normas, procedimentos e conceitos aplicáveis ao SISLEG – Sistema de manutenção, recuperação e proteção da reserva florestal legal e áreas de preservação permanente e dá outras providências.

Decreto Estadual nº 2.076/2003 - Aprova o Regulamento da Lei n° 13.448, de 2002, que dispõe sobre Auditoria Ambiental Compulsória e adota outras providências.

Decreto Estadual nº 6.674/2002 - Aprova o Regulamento da Lei n° 12.493, de 1999, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos Sólidos no Estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências.

Decreto Estadual nº 4.646/2001 - Dispõe sobre o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos.

Decreto Estadual 387/1999 - Instituído o Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente – SISLEG.

Decreto Estadual 4.223/1998 - Considera incêndio florestal, todo fogo sem controle sobre qualquer forma de vegetação, provocado pelo homem intencionalmente ou por negligência, ou ainda por fonte natural, e estabelece critérios para queimadas controladas.

Decreto Estadual nº 7509/1990 - Declara para fins de desapropriação e de preservação permanente área destinada à instituição de Estação Ecológica no Município de Pinhão.

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Resolução SEMA nº 041/2010 - Autoriza nos termos na Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente, nº 5, de 08 de setembro de 2009, a implantação de ações com a finalidade de recuperar e preservar as condições ambientais das Áreas de Preservação Permanente – APP, no entorno de nascentes no Estado do Paraná.

Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 009/2010 - Dá nova redação a Resolução Conjunta SEMA/ IAP n.º 005/2010, estabelecendo procedimentos para licenciamentos de unidades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado do Paraná.

Resolução SEMA/CEMA nº 065/2008 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente e adota outras providências.

Resolução Conjunta SEMA/IAP/IBAMA nº 005/2008 - Normatiza, para o Estado do Paraná, a preservação, restauração, conservação e recuperação das áreas úmidas e seus entornos protetivos e estabelece condicionantes para o licenciamento das atividades permissíveis naquelas que não forem consideradas de preservação permanente.

Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 022/2007 – Aprova a metodologia para a gradação de impacto ambiental visando estabelecer critérios de valoração da compensação referente a unidades de proteção integral em licenciamentos ambientais e os procedimentos para a sua aplicação.

Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 021/2007 – Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de intervenções de baixo impacto ambiental em Área de Preservação Permanente – APP localizadas nas margens e no espelho d'água das águas interiores do Estado do Paraná destinadas ao acesso de pessoas e embarcações de pesca para prática de esporte, lazer, turismo e atividades econômicas.

Resolução SEMA nº 054/2006 – Define critérios para controle da qualidade do ar.

Resolução SEMA nº 019/2006 – Aprova e determina o cumprimento da Instrução Normativa DIRAM 002/2006, que estabelece o sistema de Automonitoramento de Atividades Poluidoras no Paraná.

Resolução SEMA nº 039/2004 – Estabelece critérios para a dispensa de outorga.

Resolução SEMA nº 003/2004 – Estabelece procedimentos de integração para emissão da Outorga Prévia, da Outorga de Direito de Uso de Recursos e para o licenciamento Ambiental entre os órgãos do Sistema SEMA.

Resolução SEMA nº 028/1998 – Implementa, no Estado do Paraná, o Programa de Substituição de Florestas Homogêneas com Espécies Exóticas localizadas às margens de rios e cursos d`água, por Florestas Heterogêneas com Espécies Nativas, apropriadas ao desempenho da função de preservação permanente.

Resolução SEMA nº 031/1998 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental, autorização ambiental, autorização florestal e anuência prévia para desmembramento e parcelamento de gleba rural.

IAP - Instituto Ambiental do Paraná

Portaria IAP nº 079/2011 - A emissão de licenças nos procedimentos de licenciamentos ambientais das atividades potencialmente poluidoras/degradadoras de competência deste Instituto Ambiental do Paraná – IAP, independe da prévia averbação da área de Reserva Legal no imóvel.

Portaria IAP nº 038/2010 - Estabelece critérios para composição e qualificação de Equipe Técnica Multidisciplinar de Consultores e Empresas de Consultoria Ambiental, responsáveis pela elaboração de Estudos Prévios de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente.

Portaria IAP nº 158/2009 - Aprova a Matriz de Impactos Ambientais Provocáveis por Empreendimentos/ Atividades potencial ou efetivamente impactantes, respectivos Termos de Referência Padrão e dá outras providências.

Portaria IAP nº 60/2008 - Regulamenta o art. 6º da Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº 5 de 28 de março de 2008.

Portaria IAP nº 224/2007 – Estabelece os critérios para exigência e emissão de autorizações ambientais para as atividades de gerenciamento de resíduos sólidos.

Portaria IAP nº 187/2007 – Estabelece critérios para exigências de medidas mitigadoras, compensação ambiental por impactos de empreendimentos impactantes e compensação ambiental por utilização de recursos ambientais.

Portaria IAP nº 096/2007 – Isenta a matéria prima florestal exótica da obrigatoriedade de reposição florestal, da prévia aprovação para exploração e transporte e dá outras providências.

Portaria IAP nº 095/2007 – Reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras para o Estado do Paraná, estabelece normas de controle e dá outras providências.

Portaria IAP nº 142/2006 – Estabelece os critérios para exigência de Auditoria Ambiental Compulsória, das tipologias listadas na Lei nº 13.448/02 e Decreto nº 2.076/03.

Portaria IAP nº 136/2006 – Estabelece os critérios para exigência de Auditoria Ambiental Compulsória, das tipologias listadas na Lei nº 13.448/02 e Decreto nº 2.076/03.

Portaria IAP nº 157/2005 – Normatiza o uso de espécies arbóreas exóticas na Reserva Legal.

Portaria IAP nº 080/2005 – Institui o zoneamento ambiental e define normas e critérios de licenciamento para o uso e ocupação do solo da área de entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica de Rosana.

Portaria IAP nº 071/2005 - Altera a Portaria nº 230/2004/IAP/GP que institui o Zoneamento Ambiental e define normas e critérios de licenciamento para o Uso e Ocupação do Solo.

Portaria IAP nº 233/2004 – Aprova os mecanismos de operacionalização aplicáveis ao SISLEG, no âmbito do IAP, para o Estado do Paraná e, revoga as Portarias IAP nº 100, de 26 de julho de 1999, nº 207, de 29 de novembro de 2002, nº 054, de 17 de abril de 2003, nº 128, de 14 de agosto de 2003 e nº 135, de 27 de agosto de 2003.

Portaria IAP nº 080/2001 - Compõe grupo de análise, avaliação, monitoramento e fiscalização dos procedimentos técnicos e administrativos relacionados ao Estudo e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

Portaria IAP nº 134/1997 - Cria, organiza e atualiza o Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas (CEUC).

CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Resolução CERH nº 049/2006 - Dispõe sobre a instituição de Regiões Hidrográficas, Bacias Hidrográficas e Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Paraná.

Resolução CERH nº 031/2003 - Designa membros para a composição da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Piquiri.

Resolução CERH nº 025/2002 - Aprova a instituição do Comitê da Bacia do Rio Piquiri, no Estado do Paraná.

SUREHMA - Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente

Portaria SUREHMA nº 016/1991 – Resolve enquadrar os cursos d'água da BACIA DO PARANAPANEMA 4, de domínio do Estado do Paraná, conforme.

Portaria SUREHMA-PR nº 017/1991 - Enquadra os cursos d'água da Bacia do Piquiri.

Comando do Corpo de Bombeiros do Paraná

Código de prevenção de incêndios - CCB PR - 3ª edição, 2001

Legislação municipal

MUNICÍPIO DE PEROBAL

Lei Orgânica do Município de Perobal.

Decreto Municipal nº 017/2005 - Cria a APA Intermunicipal do Rio Xambrê, localizada no município de Perobal, comarca de Umuarama, Estado do Paraná e dá outras providências.

Plano Diretor ainda não aprovado. Existe apenas uma minuta.

MUNICÍPIO DE MARILUZ

Lei Orgânica do Município de Mariluz.

Lei nº 1.165/1995 - Dispõe sobre o Código de Obras do Município de Mariluz e dá outras providências.

Lei nº 1.162/1995 - Dispõe sobre diretrizes de arruamento para implantação do sistema viário de Mariluz.

Plano Diretor e novas Leis não aprovados, apenas minutas.

MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI

Lei Orgânica do Município de Alto Piquiri.